

SEGURO NOVO ALTERAÇÃO (PREENCHER APENAS OS DADOS A ALTERAR)

N.º APÓLICE _____ N.º COTAÇÃO _____ N.º CANDIDATURA SVC _____

TOMADOR DO SEGURO / PROPONENTE

PARTICULAR / EMPRESÁRIO EMPRESA N.º BENEFICIÁRIO IFAP _____ ASSOCIADO? NÃO SIM

É OU FOI CLIENTE DA CA SEGUROS? NÃO SIM N.º CLIENTE _____ COLABORADOR? NÃO SIM

NOME _____

N.º CONTRIBUINTE _____ B.I. / OUTRO (N.º) _____

DATA DE NASCIMENTO _____ SEXO F M

MORADA _____

LOCALIDADE _____ CÓDIGO POSTAL _____ - _____

PESSOA DE CONTACTO _____ E-MAIL _____

TELEFONE _____ TELEMÓVEL _____ FAX _____

PROFISSÃO _____ ACTIVIDADE ECONÓMICA _____ C.A.E. _____

DURAÇÃO DO CONTRATO E FORMA DE PAGAMENTO

DATA DE INÍCIO _____ DATA DE TERMO: CONFORME CONDIÇÕES ESPECIAIS APLICÁVEIS

FORMA DE PAGAMENTO: DÉBITO EM CONTA MULTIBANCO

O CONTRATO DE SEGURO PROPOSTO SÓ PRODUZIRÁ EFEITOS, COBRINDO OS RESPECTIVOS RISCOS ÀS 00 HORAS DO OTTAVO DIA CONTADO A PARTIR DA "DATA DE INÍCIO" MENCIONADA.

A PREENCHER PELA CAIXA AGRÍCOLA

CÓDIGO DA CCAM _____ CÓDIGO DA AGÊNCIA _____ NOME DA AGÊNCIA _____

CÓDIGO DO PRODUTOR _____ RUBRICA DO PRODUTOR _____

AUTORIZAÇÃO DE DÉBITO DIRECTO / CRÉDITO SEPA

TITULAR DA CONTA _____

AUTORIZO A CCAM A PROCEDER AO PAGAMENTO À CRÉDITO AGRÍCOLA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS DE RAMOS REAIS, S.A., DO PRÉMIO RELATIVO AO SEGURO CONTRATADO ATRAVÉS DA PRESENTE PROPOSTA E NA PERIODICIDADE ACORDADA.

CCAM DE _____ BIC SWIFT _____ PAGAMENTO RECORRENTE

NÚMERO DE CONTA - IBAN P T 5 0 _____

AO SUBSCREVER ESTA AUTORIZAÇÃO, ESTÁ A AUTORIZAR A CRÉDITO AGRÍCOLA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS DE RAMOS REAIS, S.A., A ENVIAR INSTRUÇÕES À CCAM PARA DEBITAR A SUA CONTA E À CCAM A DEBITAR A SUA CONTA, DE ACORDO COM AS INSTRUÇÕES DA CRÉDITO AGRÍCOLA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS DE RAMOS REAIS, S.A.. OS SEUS DIREITOS, REFERENTES À AUTORIZAÇÃO ACIMA REFERIDA, SÃO EXPLICADOS EM DECLARAÇÃO QUE PODE OBTEN NA CCAM E INCLUEM A POSSIBILIDADE DE EXIGIR DA CCAM O REEMBOLSO DO MONTANTE DEBITADO, NOS TERMOS E CONDIÇÕES ACORDADOS COM A CCAM. O REEMBOLSO DEVE SER SOLICITADO ATÉ UM PRAZO DE OITO SEMANAS, A CONTAR DA DATA DO DÉBITO NA SUA CONTA. ALERTAMOS, NO ENTANTO, PARA O FACTO DE QUE A SATISFAÇÃO DO PEDIDO DE REEMBOLSO POR PARTE DA CCAM, NÃO EXTINGUE A OBRIGAÇÃO DE PAGAMENTO DO PRÉMIO EM CAUSA, NEM AS EVENTUAIS RESPONSABILIDADES DECORRENTES DO CONSEQUENTE INCUMPRIMENTO DO CONTRATO DE SEGURO.

NA SITUAÇÃO DE PAGAMENTO DE QUAISQUER VALORES DECORRENTES DO PRESENTE CONTRATO DE SEGURO, DEVERÁ SER FEITO O CRÉDITO NA MESMA CONTA, SALVO INSTRUÇÕES EXPRESSAS EM CONTRÁRIO.

LOCAL _____ DIA _____ MÊS _____ ANO _____ TITULAR DA CONTA _____

ENTIDADE CREDORA (RESERVA DE PROPRIEDADE)

NOME _____

MORADA _____ LOCALIDADE _____

CÓDIGO POSTAL _____ - _____ N.º CONTRIBUINTE _____

CARACTERIZAÇÃO DO RISCO

SISTEMA PELO QUAL É CONTRATADO ESTE SEGURO: SEGURO VITÍCOLA DE COLHEITAS (SVC)*

* É OBRIGATÓRIO ASSINAR TERMO DE ACEITAÇÃO E RESPONSABILIDADE

QUALIDADE EM QUE PRETENDE CONTRATAR O SEGURO PROPRIETÁRIO ENTIDADE CREDORA USUFRUATUÁRIO

ESTA PROPOSTA APENAS PODE CONTER A CULTURA UVA PARA VINHO

RUBRICA DO TOMADOR / PROPONENTE _____



COBERTURAS

INCÊNDIO ACÇÃO DE QUEDA DE RAIOS GRANIZO GEADA
TORNADO TROMBA DE ÁGUA QUEDA DE NEVE ESCALDÃO

FRANQUIA 20% DOS PREJUÍZOS INDEMNIZÁVEIS

IMPOSTO DE SELO ISENTO DE IMPOSTO DE SELO ? NÃO SIM

PREJUÍZO MÍNIMO INDEMNIZÁVEL 5% 30,01%

CULTURA - UVA PARA VINHO

É OBRIGATÓRIO SEGURAR TODAS AS CULTURAS DA MESMA ESPÉCIE QUE POSSUA NO MESMO CONCELHO

NUMERAÇÃO DE VERBAS VERBA N.º VERBA N.º VERBA N.º

LOCAL DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS

RCV (REGISTO CENTRAL VITÍCOLA)
(PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO)

PREENCHER INFORMAÇÃO RELATIVA À VERBA E À PARCELA NO QUADRO I

FREGUESIA	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
CONCELHO (OBRIGATÓRIO)	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
CULTURA A SEGURAR			
CULTURA	UVA PARA VINHO	UVA PARA VINHO	UVA PARA VINHO
VARIEDADE	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
DATA DE PLANTAÇÃO	<input type="text"/> DIA <input type="text"/> MÊS <input type="text"/> ANO	<input type="text"/> DIA <input type="text"/> MÊS <input type="text"/> ANO	<input type="text"/> DIA <input type="text"/> MÊS <input type="text"/> ANO
SEQUEIRO OU REGADIO (PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO)	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
PRODUTIVIDADE MÉDIA (ANOS ANTERIORES) (kg/ha)	<input type="text"/> , <input type="text"/>	<input type="text"/> , <input type="text"/>	<input type="text"/> , <input type="text"/>
ÁREA OCUPADA (ha)	<input type="text"/> , <input type="text"/>	<input type="text"/> , <input type="text"/>	<input type="text"/> , <input type="text"/>
PREÇO (€/kg)	<input type="text"/> , <input type="text"/>	<input type="text"/> , <input type="text"/>	<input type="text"/> , <input type="text"/>
CAPITAL A SEGURAR	<input type="text"/> . <input type="text"/> , <input type="text"/> €	<input type="text"/> . <input type="text"/> , <input type="text"/> €	<input type="text"/> . <input type="text"/> , <input type="text"/> €

É OBRIGATÓRIO SEGURAR TODAS AS CULTURAS DA MESMA ESPÉCIE QUE POSSUA NO MESMO CONCELHO

NUMERAÇÃO DE VERBAS VERBA N.º VERBA N.º VERBA N.º

LOCAL DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS

RCV (REGISTO CENTRAL VITÍCOLA)
(PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO)

PREENCHER INFORMAÇÃO RELATIVA À VERBA E À PARCELA NO QUADRO I

FREGUESIA	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
CONCELHO (OBRIGATÓRIO)	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
CULTURA A SEGURAR			
CULTURA	UVA PARA VINHO	UVA PARA VINHO	UVA PARA VINHO
VARIEDADE	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
DATA DE PLANTAÇÃO	<input type="text"/> DIA <input type="text"/> MÊS <input type="text"/> ANO	<input type="text"/> DIA <input type="text"/> MÊS <input type="text"/> ANO	<input type="text"/> DIA <input type="text"/> MÊS <input type="text"/> ANO
SEQUEIRO OU REGADIO (PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO)	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
PRODUTIVIDADE MÉDIA (ANOS ANTERIORES) (kg/ha)	<input type="text"/> , <input type="text"/>	<input type="text"/> , <input type="text"/>	<input type="text"/> , <input type="text"/>
ÁREA OCUPADA (ha)	<input type="text"/> , <input type="text"/>	<input type="text"/> , <input type="text"/>	<input type="text"/> , <input type="text"/>
PREÇO (€/kg)	<input type="text"/> , <input type="text"/>	<input type="text"/> , <input type="text"/>	<input type="text"/> , <input type="text"/>
CAPITAL A SEGURAR	<input type="text"/> . <input type="text"/> , <input type="text"/> €	<input type="text"/> . <input type="text"/> , <input type="text"/> €	<input type="text"/> . <input type="text"/> , <input type="text"/> €

OUTRAS DECLARAÇÕES

RUBRICA DO TOMADOR / PROPONENTE _____

N.º APÓLICE



TERMO DE ACEITAÇÃO E RESPONSABILIDADE - CONTRATO INDIVIDUAL

1. IDENTIFICAÇÃO DO TOMADOR

NOME/DESIGNAÇÃO SOCIAL _____

NIFAP NIF/NIPC

MORADA _____

LOCALIDADE _____ CÓDIGO POSTAL -

2. OBJETO E CONDIÇÕES DE ATRIBUIÇÃO DO APOIO

MEDIDA: SEGURO VITÍCOLA DE COLHEITAS AO ABRIGO DA OCM VINHO

DIPLOMA DE ENQUADRAMENTO

TIPO: PORTARIA N.º 42/2012 DE 10 FEVEREIRO, ALTERADA PELA PORTARIA N.º 52/2014 DE 28 FEVEREIRO

N.º DA CANDIDATURA: _____

3. DECLARAÇÃO DO TOMADOR E ASSINATURAS

DECLARO TER CONHECIMENTO E ACEITAR AS CONDIÇÕES DE ATRIBUIÇÃO DO PRESENTE APOIO RELATIVO À CONTRATUALIZAÇÃO DO SEGURO VITÍCOLA DE COLHEITAS PREVISTO NO REGULAMENTO (UE) N.º 1308/2013 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013, E NO REGULAMENTO (CE) N.º 555/2008 DA COMISSÃO, DE 27 DE JUNHO, NOMEADAMENTE:

- NÃO CONTRATAÇÃO, PARA CADA PARCELA SEGURA AO ABRIGO DO SVC, DE OUTRO SEGURO NO ÂMBITO DESTA MEDIDA DE APOIO OU DE REGIMES DE SEGURO QUE BENEFICIEM DE APOIO DO ESTADO OU DA UNIÃO EUROPEIA.

- CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA TODAS AS PARCELAS DE VINHA PARA VINHO QUE O SEGURADO POSSUA OU EXPLORE NO MESMO CONCELHO.

- MANTER E DISPONIBILIZAR AO IFAP, OU A QUEM O REPRESENTAR, TODA A INFORMAÇÃO NECESSÁRIA À REALIZAÇÃO DE AÇÕES DE CONTROLO.

AS DECLARAÇÕES PRESTADAS SÃO VERDADEIRAS E OS DADOS RELATIVOS AO SEGURADO E À APÓLICE DE SEGURO ESTÃO CORRECTOS.

4. DATA E ASSINATURA DO DECLARANTE

_____ LOCAL _____ DIA _____ MÉS _____ ANO _____ ASSINATURA _____

DADOS PESSOAIS E DECLARAÇÕES

DADOS PESSOAIS

As informações e os dados pessoais constantes da presente proposta e que venham a ser fornecidos, ou se venha a ter acesso, na execução do contrato, podem ser objeto de tratamento pela Crédito Agrícola Seguros – Companhia de Seguros de Ramos Reais, S.A., designadamente através de meios automatizados. Estes dados destinam-se ao estabelecimento de relações comerciais com a Crédito Agrícola Seguros e ao cumprimento de obrigações legais. É assegurado ao respetivo titular o direito de acesso aos dados, nos termos legais, designadamente, para obter informações, retificações, eliminação ou o bloqueio dos mesmos. Este direito pode ser exercido livremente e sem restrições, com periodicidade razoável e sem demora ou custos excessivos.

As informações e os dados pessoais acima referidos são tratados em obediência ao dever de sigilo, nos termos da lei em vigor. A Crédito Agrícola Seguros fica, no entanto, expressamente autorizada a, sem prejuízo dos deveres e limites previstos nas leis de proteção de dados e da concorrência, facultar o acesso ou transmitir tais informações ou dados às entidades a que esteja ligada por contrato de resseguro, às instituições que integram o Grupo Crédito Agrícola, bem como às pessoas singulares ou colectivas, de direito público ou privado, que a Crédito Agrícola Seguros subcontrate para efeitos de cumprimento dos serviços resultantes da presente proposta e do correspondente contrato de seguro, ou para efeitos de colaboração na realização de estudos estatísticos, de inquéritos de mercado e/ou viabilização da execução dos contratos, nestes se incluindo a Associação Portuguesa de Seguradores (bem como resseguradores ou entidades que enquadrem ou realizem, licitamente, acções de cooperação, de compilação de dados, de prevenção e combate à fraude, ou estudos estatísticos ou técnico-atuariais).

DECLARAÇÕES

O Signatário declara estar inteiramente esclarecido e ciente do dever que tem de ter que declarar com verdade e com exactidão sobre todas as circunstâncias que conheça e razoavelmente deva ter por significativas para a apreciação do risco pelo Segurador, bem como declara estar ciente das consequências do incumprimento desse seu dever e declara ter respondido com inteira verdade às perguntas constantes desta proposta, sendo os dados e informações fornecidos pelo Signatário da sua inteira e exclusiva responsabilidade, ainda que a proposta tenha sido preenchida por terceiro(s) e por si apenas assinada.

O Signatário declara também ter tomado conhecimento de todas as informações necessárias à celebração do presente contrato e que tomou conhecimento das condições aplicáveis ao mesmo, designadamente, as constantes do documento designado por "Informações Pré-Contratuais" que lhe foi entregue.

Declara ainda o Signatário que foi inteiramente esclarecido acerca das modalidades de seguro que o Segurador oferece, sendo o que resulta da presente proposta o conveniente para a cobertura que pretende.

O Signatário declara ainda que pretende obter as Condições Gerais e Especiais aplicáveis ao contrato através do site <http://www.creditagricola.pt>, considerando-as entregues com a recepção do respectivo código de acesso que lhe será enviado pelo Segurador juntamente com as Condições Particulares do contrato, sem prejuízo de poder solicitar a sua recepção por correio, em qualquer data.

PRÉMIO TOTAL ANUAL (SÓ EM APÓLICES NOVAS) . . , €

_____ LOCAL _____ DIA _____ MÊS _____ ANO _____ ASSINATURA DO TOMADOR DO SEGURO / PROPONENTE

A PREENCHER PELA CAIXA AGRÍCOLA

DOCUMENTOS ANEXOS À PROPOSTA

1. CÓPIA DO CARTÃO DE CONTRIBUINTE OU CARTÃO DO CIDADÃO 2. CÓPIA CARTÃO DO CIDADÃO OU BI DO TOMADOR DO SEGURO

	NOME LEGÍVEL	RUBRICA OU ASSINATURA	DATA
VALIDAÇÃO NA CCAM			<input type="text"/> DIA <input type="text"/> MÊS <input type="text"/> ANO

NOTA: TODAS AS PROPOSTAS DEPOIS DE ASSINADAS DEVEM SER CARIMBADAS.

N.º APÓLICE

I. SEGURO DE COLHEITAS - SVC

1. ÂMBITO

O contrato tem por objeto a produção proveniente de vinhas que:

- Tenham sido plantadas para produção de vinho;
- Estejam estabelecidas no território continental; e
- Tenham a situação atualizada no registo central vitícola gerido pelo Instituto da Vinha e do Vinho, I. P.,

O contrato garante o ressarcimento dos prejuízos decorrentes de Fenómenos Climáticos Adversos equiparados a catástrofes naturais, que afetem as vinhas seguras, considerando-se como tal as condições climáticas que destroem mais de 30% da produção anual média do Produtor, calculada com base em três dos cinco anos anteriores, excluídos os valores superior e inferior.

Mediante convenção expressa nas Condições Particulares, o contrato poderá ainda garantir o ressarcimento dos prejuízos decorrentes de Fenómenos Climáticos Adversos não equiparados a catástrofes naturais, que afetem as vinhas seguras, considerando-se como tal condições climáticas que destroem uma parte da produção igual ou inferior a 30% da produção de uvas esperada na campanha vitivinícola.

O contrato cobre todas as vinhas que o Segurado possua ou explore no mesmo concelho, sob pena de nulidade da cobertura.

2. EXCLUSÕES

Não são abrangidas por este contrato as vinhas cujas castas sejam do tipo "vinha americana" ou que ainda não tenham atingido dois anos de plantação, no caso de terem sido instaladas com "enxertos protos", ou três anos de plantação, nos restantes casos.

Mesmo que decorrentes da ocorrência dos riscos cobertos pelo contrato, são excluídos os prejuízos causados por:

- Efeitos de radioatividade ou outros fenómenos resultantes de eventos de natureza nuclear ou atómica;
- Poluição ou contaminação do solo nas águas ou atmosfera.

São excluídos também os prejuízos resultantes de riscos indiretos tais como:

- Inundações, exceto as que ocorram por Tromba-d'água
- Enxurradas;
- Deslizamento de terras;
- Transbordamento de leitos da rede hidrográfica;
- Transbordamento ou rebentamento de coletores, valas e canais de irrigação ou drenagem, diques e barragens, ainda que mediata ou imediatamente resultantes de quaisquer dos riscos seguros.

3. LIMITES

O contrato cobre os danos provocados por Sinistros ocorridos no seu período de vigência, nos termos legais aplicáveis.

A determinação do capital seguro é da responsabilidade do Tomador do Seguro ou do Segurado. Se o capital seguro pelo contrato for, na data do Sinistro, inferior ao valor do objeto seguro, o Segurador só responde pelo dano na respetiva proporção, respondendo o Tomador do Seguro ou o Segurado pela restante parte dos prejuízos como se fosse Segurador. Após a liquidação de um Sinistro, o capital seguro fica, no período de vigência do contrato, automaticamente reduzido do montante correspondente à indemnização paga.

II. DECLARAÇÃO INICIAL DE RISCO

O Tomador do Seguro ou o Segurado está obrigado, antes da celebração do contrato, a declarar com exactidão todas as circunstâncias que conheça e razoavelmente deva ter por significativas para a apreciação do risco pelo Segurador, mesmo relativamente a circunstâncias cuja menção não seja solicitada em questionário eventualmente fornecido pelo Segurador para o efeito.

Em caso de incumprimento doloso desta obrigação o contrato é anulável mediante declaração enviada pelo Segurador no prazo de três meses a contar do conhecimento do facto omitido ou da inexactidão da declaração, ficando este com direito ao prémio devido até ao final do contrato ou até ao final do referido prazo de três meses, consoante haja ou não dolo com o propósito de obter uma vantagem, salvo se, neste último caso, o Segurador ou o seu representante tiverem concorrido com dolo ou negligência grosseira. O Segurador não está obrigado a cobrir qualquer sinistro que ocorra antes de ter tido conhecimento do incumprimento doloso ou no decurso do período de três meses referido, seguindo-se o regime geral da anulabilidade.

Se o incumprimento do dever referido se verificar por negligência, o Segurador pode, mediante declaração a enviar ao Tomador do Seguro, no prazo de três meses a contar do seu conhecimento:

- Propor uma alteração do contrato, fixando um prazo, não inferior a 14 dias, para o envio da aceitação ou, caso a admita, da contraproposta;
- Fazer cessar o contrato, demonstrando que, em caso algum, celebra contratos para a cobertura de riscos relacionados com o facto omitido ou declarado inexactamente. Neste caso, o contrato cessa os seus efeitos 30 dias após o envio da declaração de cessação ou 20 dias após a recepção pelo Tomador do Seguro da proposta de alteração, caso este nada responda ou a rejeite, sendo o prémio devolvido *pro rata temporis*.

Se, antes da cessação, ou da alteração do contrato ocorrer um sinistro cuja verificação ou consequências tenham sido influenciadas por facto relativamente ao qual tenha havido omissões ou inexactidões negligentes:

- O Segurador cobre o sinistro na proporção da diferença entre o prémio pago e o prémio que seria devido, caso, aquando da celebração do contrato, tivesse conhecido o facto omitido ou declarado inexactamente;

b) O Segurador, demonstrando que, em caso algum, teria celebrado o contrato se tivesse conhecido o facto omitido ou declarado inexactamente, não cobre o sinistro e fica apenas vinculado à devolução do prémio.

III. PRÉMIO

Os prémios e sobreprémios não são fracionáveis e podem beneficiar dos apoios que forem legalmente definidos. O recibo do prémio do seguro indica o valor e a percentagem do apoio atribuído.

VENCIMENTO E AVISO DE PAGAMENTO

O prémio inicial é devido desde a data de celebração do contrato e vence-se na data indicada em aviso emitido pelo Segurador até 10 dias antes da respetiva data de vencimento. O prémio adicional resultante de uma modificação do contrato fundada em agravamento superveniente do risco ou em alteração do capital seguro é devido na data indicada no aviso emitido até 10 dias antes da respetiva data de vencimento.

FALTA DE PAGAMENTO

A falta de pagamento do prémio inicial ou do prémio adicional resultante de uma modificação do contrato fundada em agravamento superveniente do risco na data de vencimento indicada no aviso, constitui o Tomador do Seguro em mora e, decorridos 60 dias após aquela data, o contrato é automaticamente resolvido. Até à data de resolução do contrato, este mantém-se plenamente em vigor.

A resolução não exonera o Tomador do Seguro da obrigação de pagar o prémio correspondente ao período em que o contrato esteve em vigor, calculado proporcionalmente ao período de tempo que decorreu da data de celebração ou de agravamento superveniente do risco do contrato até à resolução, salvo previsão de cálculo diverso pelas partes em função de razão atendível, como seja a garantia de separação técnica entre a tarificação dos seguros anuais e a dos seguros temporários, devidamente identificado nas Condições Particulares, acrescido dos respetivos juros moratórios desde a data de vencimento do prémio. Para além do pagamento do prémio, o Tomador do Seguro fica sujeito a uma penalidade que não pode exceder 50% do prémio correspondente ao período em que o contrato esteve em vigor, acrescido dos respetivos juros moratórios desde a data de resolução do contrato.

A falta de pagamento do prémio adicional resultante de uma modificação do contrato fundada em alteração do capital seguro determina a ineficácia da alteração, subsistindo o contrato com o capital antes da pretendida modificação.

IV. DURAÇÃO E CESSAÇÃO DO CONTRATO

O contrato é temporário, não prorrogável.

RESOLUÇÃO

O contrato pode ser resolvido pelas partes a todo o tempo, havendo justa causa, mediante correio registado. O Segurador não pode invocar a ocorrência do Sinistro como causa relevante para efeitos de resolução.

O montante do prémio a devolver ao Tomador do Seguro em caso de cessação antecipada do contrato é calculado proporcionalmente ao período de tempo que decorreria da data da cessação da cobertura até ao vencimento do contrato, salvo previsão de cálculo diverso pelas partes em função de razão atendível, como seja a garantia de separação técnica entre a tarificação dos seguros anuais e a dos seguros temporários, devidamente identificado nas Condições Particulares.

A resolução do contrato produz os seus efeitos às 24 horas do dia em que seja eficaz.

Se na vigência do contrato ocorrerem Sinistros, aplica-se à resolução o referido supra, atendendo-se, para efeitos de devolução do prémio, apenas à parte que exceda o valor global das indemnizações pagas.

V. TRANSMISSÃO DO CONTRATO

Salvo convenção em contrário, o contrato caduca no momento da transmissão da propriedade de Bens Seguros ou do interesse do Segurado nos mesmos, excepto quando o Segurador tiver dado autorização por escrito.

Se a transmissão da propriedade de Bens Seguros ou do interesse se verificar por falecimento do Segurado a responsabilidade do Segurador subsiste para com os herdeiros enquanto forem pagos os respectivos prémios.

Salvo convenção em contrário, no caso de insolvência do Tomador do Seguro ou do Segurado, a responsabilidade do Segurador subsiste para com a massa falida, presumindo-se que a declaração de insolvência constitui factor de agravamento do risco.

VI. RECLAMAÇÕES E PROTECÇÃO JURÍDICA

Se pretender apresentar uma Reclamação ou uma Sugestão de melhoria na prestação dos nossos serviços, utilize um dos seguintes meios:

Por *email*: sugere.reclama@ca-seguros.pt;

Por escrito: CA Seguros - Sugestões e Reclamações - Rua de Campolide, 372 - 3.º Dt.º, 1070-040 Lisboa - Portugal;

Telefonicamente: (+351) 213 806 000; Fax: (+351) 213 806 001;

Presencialmente, em qualquer Agência do Crédito Agrícola.

Após a solução da sua Reclamação, caso não se encontre satisfeito com a nossa resposta, ou com a forma como ela foi tratada: Provedor do Cliente: Rua de Campolide, 372 - 3.º Dt.º, 1070-040 Lisboa - Portugal;

Livro de Reclamações: Disponível nas Agências da sua Caixa Agrícola e na Sede da CA Seguros: Rua de Campolide, 372 - 3.º Dt.º, 1070-040 Lisboa - Portugal;

Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões: Av. da República, 76, 1600-205 Lisboa - Portugal; Contacto telefónico: 808 787 787; Via Internet: <http://www.asf.com.pt>.

VII. LEI APLICÁVEL

As partes podem escolher a lei aplicável ao contrato de seguro que cubra riscos situados em território português, ou em que o Tomador do Seguro, nos seguros de pessoas, tenha em Portugal a sua residência habitual ou estabelecimento a que o contrato respeita, consoante se trate de pessoa singular ou colectiva. Se nada disserem, o contrato é regulado pela Lei portuguesa, que o Segurador propõe seja a aplicável ao contrato de seguro.

Ao contrato de seguro aplicam-se as normas gerais de direito internacional privado em matéria de obrigações contratuais. A localização do risco é determinada pelo regime jurídico de acesso à actividade Seguradora. As partes podem designar a lei aplicável à totalidade ou apenas a uma parte do contrato, assim como alterar, em qualquer momento, a lei aplicável, sujeitando o contrato a uma lei diferente. A escolha da lei aplicável só pode recair sobre leis cuja aplicabilidade corresponda a um interesse sério dos declarantes ou esteja em conexão com alguns dos elementos do contrato de seguro atendíveis no domínio do direito internacional privado.